

## Capítulo II

### As teorias de nomeação

#### 2.1. Considerações preliminares

Neste capítulo, vou fazer uma exposição a respeito das duas principais posições filosóficas sobre nomes próprios: o descritivismo e o causalismo (cf. capítulo 1, nota 7). Doravante, ficará claro que a questão que realmente divide esses dois partidos é a questão sobre o conteúdo descritivo dos nomes próprios. Descritivistas defendem a tese de que nomes próprios têm um conteúdo descritivo, e causalistas negam essa tese. Com essa apresentação quero tão somente mostrar os argumentos de ambos os lados, sem fazer juízos críticos sobre nenhum deles. É verdade que minha posição a respeito do funcionamento dos nomes próprios está muito mais próxima do descritivismo do que do causalismo, mas não falarei disso neste capítulo.

Como se vê, na maior parte do capítulo vou procurar salientar as divergências entre as teses descritivistas e causalistas, antes disso, porém, é preciso falar brevemente sobre um ponto pacífico para os filósofos de ambas as correntes.

Algo que se pode identificar tanto em descritivistas quanto em causalistas, pelo menos nos mais proeminentes representantes de cada posição, é o interesse pela função referencial dos nomes próprios. Graças a esse interesse comum, encontramos as teorias da referência de viés descritivista, por um lado, e as de natureza causalista, por outro. As primeiras dizem que um nome próprio *n* refere um objeto *b* por meio de um conteúdo descritivo, as últimas sustentam que *n* refere *b* diretamente, sem auxílio de um conteúdo descritivo. De um modo ou de outro, o propósito de ambas é explicar a forma como a função referencial de *n* é exercida.

Até aqui tudo bem. Não há nada de errado em estudar e buscar uma explicação para a função referencial dos nomes próprios. Nomes próprios certamente têm uma função referencial e, como vimos na introdução, explicá-la é importante para esclarecer questões sobre as condições de verdade dos enunciados da linguagem (cf. Introdução, p. 11). O problema é que muitas vezes esses filósofos falam de uma forma como se a função referencial fosse a única função

filosoficamente relevante dos nomes próprios ou, pior ainda, como se ela fosse a única função dos nomes próprios. Existem várias indicações disso nos textos clássicos.

Russell, por exemplo, faz várias afirmações que indicam que ele considerava a função referencial dos nomes próprios como sua função fundamental <sup>1</sup>. Em *A Filosofia do Atomismo Lógico*, inicialmente, ele define “nomes próprios” como “palavras para os particulares” (cf. RUSSELL, 1985: 71). Em um segundo momento, ele substitui essa definição por uma mais abrangente e declara o seguinte:

Um nome é [...] um símbolo simples usado para designar um particular determinado ou por extensão um objeto que não é um particular mas que se trata no momento como se fosse um particular, ou que se acredita falsamente ser um particular, tal como uma pessoa (Idem, *ibidem*: 106).

Assim, para Russell, pelo menos nessa passagem, nomes servem basicamente para designar particulares genuínos ou putativos <sup>2</sup>. Isso os nomes fazem de um modo peculiar. Eles designam suas denotações sem descrevê-las. Russell ressalta isso ao dizer que “o nome é simplesmente um meio de apontar uma coisa” (Idem, *ibidem*: 107). Essa função de apontar, que nada mais é que a função referencial, não seria apenas uma função possível do nome próprio. Russell insiste que a função referencial é a função que um nome deve ter necessariamente para ser um nome. No capítulo XVI de sua *Introdução à Filosofia Matemática*, ele afirma: “Se ‘a’ é um nome, ele deve nomear algo: o que não nomeia nada não é um nome, e, portanto, se pretendia ser um nome, é um símbolo vazio de significado...” (RUSSELL, 1993: 53). Semelhantemente, na *Filosofia do Atomismo Lógico*, ele afirma que “um nome deve nomear alguma coisa ou não é um nome” (RUSSELL, 1985: 105). Dessa forma, fica claro que, para Russell, a função necessária de um nome é a função referencial, algo que não desempenha essa função não é de fato um nome.

<sup>1</sup> É importante notar que apesar de Russell ter essa opinião, ele certamente não considera que a função referencial é a única função dos nomes próprios. Como se verá na próxima seção, ele também mostra que pelo menos os nomes próprios ordinários têm um papel na formação de juízos na mente dos falantes.

<sup>2</sup> Assim, ele inclui na classe dos nomes tanto os nomes logicamente próprios como os nomes próprios ordinários. Essas duas categorias de nomes serão apresentadas na próxima seção.

Searle apresenta um ponto de vista semelhante nos *Atos de Fala*. Na seção sobre nomes próprios, lemos a seguinte pergunta: “Para que servem os nomes próprios?” A resposta é imediata e sem hesitação: “Evidentemente, para se referir aos indivíduos” (SEARLE, 1981: 228). É importante notar que Searle aqui não faz menção de qualquer outra função que os nomes próprios possam desempenhar. Para ele, é evidente que a função dos nomes próprios é por excelência a função referencial. Numa passagem anterior do mesmo texto, ele já havia dito: “À primeira vista, nada parece mais fácil de ser compreendido, na filosofia da linguagem, que o uso de nomes próprios: aqui está o nome, lá o objeto. O nome representa o objeto” (Idem, *ibidem*: 214).

Da mesma forma, é fácil observar o comprometimento de Kripke com a pressuposição de que nomes próprios servem essencialmente para referir. Toda a explicação de Kripke sobre nomes se baseia na ideia de que eles são designadores rígidos. Ou seja, para Kripke, nomes servem para referir particulares, e os designam em todos os mundos possíveis em que esses particulares existem. Nesse sentido, nomes próprios funcionariam da mesma forma que as constantes de uma linguagem formal interpretada de acordo com a semântica intensional (com a diferença óbvia de que a referência de um nome não é fixada por uma função de interpretação e sim por mecanismos sociais de significação).

Mas essa visão de nomes como constantes individuais não é exclusiva de Kripke. De fato, segundo Tyler Burge, ela é uma visão generalizada entre os filósofos. Em seu artigo *Reference and Proper Names*, depois de mostrar algumas semelhanças entre nomes próprios e constantes individuais, Burge diz: “É provavelmente verdadeiro dizer que a maioria dos filósofos, linguistas, e lógicos tem, sobre essas bases, aceitado uma visão de nomes próprios como constantes individuais” (BURGE, 1973: 426). Com isso, ele quer dizer que a maioria dos filósofos, linguistas e lógicos concorda que nomes servem basicamente para referir particulares. Para ele, as vozes divergentes são de Russell e Quine, que tratariam nomes como predicados de um tipo peculiar. Ele mesmo junta a sua voz a essa minoria e advoga a tese de que nomes próprios funcionam de fato como predicados, tendo também certas características de demonstrativos. De todo modo, na teoria de Burge, nomes ainda tem basicamente uma função referencial. A diferença é que eles não referem particulares, mas propriedades.

As referências feitas acima parecem mostrar que os filósofos mencionados de fato não viam outra função nos nomes próprios além da função de referir, ou, se viam, não a consideravam filosoficamente relevante. Como vimos, alguns chegaram até a excluir da classe dos nomes próprios aqueles nomes que não referem nada. Mas isso é obviamente um exagero. Todos nós sabemos o que são nomes próprios. Se essas palavras não se ajustam aos nossos critérios do que deve ser um nome próprio, não são elas que devem perder suas credenciais de nomes próprios, são nossos critérios que devem ser reformulados. É preciso reconhecer que mesmo nomes que não referem nada desempenham uma função na linguagem. Que função é essa? Como ela é exercida? Ela depende da função referencial ou é o contrário? Há várias questões que surgem aqui. E todas filosoficamente relevantes.

O que parece é que tanto descritivistas quanto causalistas estavam, por assim dizer, enfeitiçados por uma certa imagem da linguagem e por isso não conseguiam ver outras possibilidades. A imagem que os mantinha sob seu poder era a imagem da linguagem como instrumento de representação do mundo. Se eles tivessem atentado para o aspecto informacional da linguagem, provavelmente teriam observado que os nomes próprios também servem como transportadores de informação. De fato, como vou defender nos capítulos finais desta tese, essa é sua função mais básica. Um nome não precisa referir nada para servir de veículo para uma informação, mas o contrário não ocorre.

Assim, vemos que o ponto comum entre descritivistas e causalistas é na verdade uma limitação comum. Ambos se preocuparam tanto com a função referencial dos nomes próprios que esqueceram de pensar sobre outras funções. Acredito que, se eles tivessem aberto mais seu ângulo de visão, mesmo suas explicações sobre a função referencial seriam mais satisfatórias.

Mas basta de falar sobre semelhanças. Doravante, quero pôr as diferenças em evidência. Para tanto, vou examinar as teorias descritivistas e causalistas mais detalhadamente. Começo pelo descritivismo.

## **2.2. Descritivismo**

Defino *descriptivismo* como a posição filosófica segundo a qual todo nome próprio tem um conteúdo descritivo.

Essa definição, embora seja a melhor que conheço, ainda é inespecífica e pouco exigente. Isso ocorre por duas razões. Em primeiro lugar, pelo fato da definição mencionar a noção genérica de *conteúdo descritivo*. Em segundo lugar, pelo fato dela não apresentar o descritivismo como uma posição acerca do modo como os nomes próprios referem. Vou explicar melhor esses dois pontos.

O primeiro ponto tem a ver com a expressão “conteúdo descritivo”. Essa expressão é usada na definição por ser convenientemente adaptável. Como já foi mencionado no capítulo anterior (cf. p. 32), o conteúdo descritivo de uma expressão da linguagem é aquilo que ela expressa. Acontece que os filósofos não têm uma opinião consensual sobre a natureza daquilo que as expressões da linguagem expressam. Alguns defendem que elas expressam sentidos, outros sustentam que elas expressam significados, outros ainda falam em ideias, intensões, conceitos etc. Assim, o conteúdo descritivo de uma expressão pode ser qualquer uma dessas coisas.

A definição acima utiliza a noção de *conteúdo descritivo* exatamente para abrir espaço para essas diferentes possibilidades. Ao utilizar essa noção, ela permite que chamemos de “descritivista” tanto o filósofo que argumenta que nomes próprios têm significado quanto o que assevera que eles evocam imagens mentais, por exemplo. E, de um modo geral, ela nos permite considerar descritivista qualquer um que defenda que nomes próprios têm qualquer característica ou produzam qualquer efeito que possa ser retratado como um conteúdo descritivo, seja ele objetivo ou subjetivo. É importante deixar espaço para essas alternativas para que a definição se aplique às explicações da maioria dos filósofos comumente considerados descritivistas.

O segundo ponto tem a ver com o fato da definição não apresentar o descritivismo como um posicionamento acerca do modo como os nomes próprios referem. Com efeito, ela simplesmente afirma que, para o descritivista, os nomes próprios têm um conteúdo descritivo; nada é dito sobre como ou para quem esse conteúdo é usado. Principalmente, não é dito que o conteúdo descritivo de um nome *n* deve ser usado para determinar a denotação ou a referência de *n*. Dessa forma, nenhuma tese a respeito de como os nomes próprios referem seria implicada pelo descritivismo, incluindo a maioria das teses que Kripke atribui às teorias descritivistas em *Naming and Necessity*.

Com base nisso, alguém poderia reclamar que a definição enunciada acima é incompleta, que ela deveria caracterizar o descritivismo como um tipo de explicação do uso referencial dos nomes próprios. A reclamação é compreensível. O problema é que nem sempre os filósofos considerados descritivistas reivindicam uma teoria da referência. Em alguns casos, a tese de que nomes próprios têm um conteúdo descritivo é postulada tão somente para explicar o fato de que nomes têm um valor cognitivo, ela não é uma tese sobre como nomes próprios referem. Isso, como veremos, é o que Russell faz. Assim, não é correto afirmar que todas as teorias descritivistas são teorias da referência dos nomes próprios. Por conseguinte, não é adequado definir o descritivismo como uma posição filosófica que busca fundamentalmente explicar a função referencial dos nomes próprios.

Poder-se-ia ainda apontar como um defeito da definição dada acima o fato dela não mencionar de onde vem o conteúdo descritivo dos nomes próprios. Com efeito, muitas definições de “descritivismo” mencionam essa origem. Sam Cumming, por exemplo, em seu artigo *Names* escrito para a *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/names>), dá a seguinte definição: “A teoria da descrição de nomes (a.k.a. descritivismo) diz que cada nome N tem o valor semântico de alguma descrição definida ‘o F’”<sup>3</sup>. E, como ele, muitos comentadores costumam assinalar que, para os descritivistas, o conteúdo descritivo dos nomes próprios é tomado de empréstimo de descrições definidas ou de certas combinações de descrições definidas. Realmente, isso é verdade de muitos descritivistas, mas, como não é verdade de todos, não me parece adequado fazer esse acréscimo na definição de “descritivismo”.

Feitos esses esclarecimentos, passo a apresentar as teorias da nomeação de Frege, Russell e Searle, os principais representantes do descritivismo clássico.

---

<sup>3</sup> Nessa definição, o que Cumming chama de “valor semântico” é o que eu chamo de “conteúdo descritivo”.

Frege é considerado um descritivista em grande parte por causa desta nota de *Sense and Reference*<sup>4</sup>:

No caso de um nome próprio genuíno como ‘Aristóteles’, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isto associará outro sentido à sentença ‘Aristóteles nasceu em Estagira’ do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita (FREGE, 1948: 210, nota 2).

A nota aparece em um ponto do texto em que Frege declara o que é preciso para que alguém apreenda um sentido de um termo singular. O que é preciso, segundo ele, é que a linguagem ou a totalidade das designações seja familiar ao falante. Com isso, Frege parece querer dizer que para apreender o sentido de uma combinação de palavras, basta conhecer o sentido das tais palavras. Por exemplo, para uma pessoa apreender o sentido da expressão “o gatilho mais rápido do Oeste”, ela deve estar familiarizada com as palavras que compõem a expressão. Com os nomes próprios genuínos, porém, a coisa é diferente. O nome “Aristóteles”, por exemplo, não é um símbolo composto, o seu sentido não é construído a partir dos sentidos dos seus constituintes. Como então é possível apreender o sentido do nome? A resposta que a nota 2 parece nos dá é que há vários modos de apresentar Aristóteles e cada um desses modos é um sentido que pode ser associado ao nome “Aristóteles”. Qualquer falante pode tomar um desses sentidos e associá-lo ao nome. Se dois falantes associam sentidos diferentes ao nome “Aristóteles”, então uma mesma sentença contendo o nome expressará um certo sentido para um deles e um sentido diferente para o outro.

Note que, no descritivismo de Frege, o conteúdo descritivo de um nome próprio é um sentido. Como sabemos, um sentido é algo que serve para

---

<sup>4</sup> Para Chateaubriand, a nota 2 não tem elementos suficientes para justificar a afirmação de que Frege era um descritivista. Especificamente, ela não declara que o sentido de um nome próprio é o sentido de uma descrição definida. Chateaubriand observa que quando Frege menciona os sentidos de “Aristóteles” ele não usa descrições definidas entre aspas. Os sentidos são dados depois de dois pontos. Deve-se notar, porém, que esses sentidos têm inegavelmente uma estrutura descritiva. Nesse aspecto, creio que se pode dizer que Frege defendeu a ideia de que nomes têm um conteúdo descritivo. Isso, para mim, é suficiente para caracterizar Frege como descritivista. Para mais detalhes sobre a opinião de Chateaubriand, confira CHATEAUBRIAND, 2001: 394-6, nota 4.

ligar uma expressão a uma denotação. Isso acontecerá também no caso dos nomes. O sentido de um nome próprio é o que determinará sua denotação. É através do sentido que o nome denota.

Por outro lado, sabemos igualmente que alguns sentidos são vazios, eles não determinam nenhuma denotação. Ora, nomes também podem ter sentidos vazios. Por exemplo, o nome “Pégasus” pode expressar o seguinte sentido: *o cavalo alado de Belerofonte*. Nesse caso, ele terá um sentido, mas não terá nenhuma denotação, pois não existe nada na realidade que seja selecionado por esse sentido.

O descritivismo de Russell não é tão simples quanto o de Frege. Para compreendê-lo, é aconselhável, em primeiro lugar, compreender a distinção entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição, bem como a distinção entre nome logicamente próprio e nome próprio ordinário.

A distinção entre conhecimento por familiaridade e conhecimento por descrição, como Russell mesmo explica, corresponde à “diferença entre as coisas das quais nós temos apresentações e as coisas que nós só alcançamos por meio de expressões denotativas” (RUSSELL, 1905: 479). Para Russell, ter conhecimento por familiaridade de um objeto é estar em uma relação cognitiva direta com esse objeto, é ter consciência direta do objeto em si (cf. RUSSELL, 1910-11: 108). Esse é precisamente o tipo de conhecimento que temos de universais e particulares. Vale ressaltar, porém, que há muitas coisas que comumente são consideradas particulares e que Russell não considerava assim. Na concepção dele, apenas *sense data*, ou seja, somente os dados dos sentidos são particulares. Um indivíduo, entendido como um ser constituído de corpo e mente, não é um particular. Mesmo se consideramos que os indivíduos são apenas corpos, nem assim eles podem ser classificados como particulares, embora também não sejam universais. Com efeito, particulares e universais podem ser conhecidos por familiaridade e, de acordo com a explicação de Russell, indivíduos só podem ser conhecidos por descrição. De acordo com essa explicação, o conhecimento que temos sobre Sócrates, por exemplo, é exclusivamente conhecimento por descrição. Tudo o que sabemos sobre Sócrates alcançamos por meio de descrições tais como “o mestre de Platão”, “o marido de Xantipa”, “o filósofo que foi condenado a beber cicuta” etc. Mas isso não acontece apenas porque não somos contemporâneos de Sócrates. Na verdade, mesmo os amigos de Sócrates só

tinham dele um conhecimento por descrição, embora tivessem conhecimento por familiaridade dos *sense data* conectados ao seu corpo (cf. RUSSELL, 1910-11: 114; a propósito de Bismarck). E isso que acontece com os indivíduos, acontece também com lugares, efemérides, livros etc. De todas essas coisas temos apenas conhecimento por descrição.

A distinção entre nome logicamente próprio e nome próprio ordinário tem uma estreita ligação com a distinção apresentada no parágrafo anterior. Um nome logicamente próprio é um nome usado para referir um particular, um nome próprio ordinário é um nome usado para referir um pseudoparticular. Destarte, o nome “Sócrates” é um nome próprio ordinário, pois ele é usado para referir o pseudoparticular Sócrates. Para falar toda a verdade, em muitas ocasiões, Russell chega mesmo a declarar que nomes próprios ordinários não são de fato nomes próprios. Para ele, um nome próprio genuíno deve ser o nome de um particular. Mas que tipo de nome poderia cumprir a função de referir os particulares russellianos? Russell sugere que os demonstrativos são aptos a desempenhar esse papel (em alguns momentos ele menciona também o pronome “eu”). Termos como “isto”, “aquilo”, “eu” etc constituem os nomes logicamente próprios de Russell (cf. RUSSELL, 1985: 72 e 1910-11: 121).

Uma vez que nomes logicamente próprios são aplicados a particulares e que nosso conhecimento dos particulares não é derivado de descrições, pode-se inferir que tais nomes são desprovidos de conteúdo descritivo. De fato, com relação a eles, Russell pode mesmo ser considerado um millianista <sup>5</sup>. O descritivismo russelliano aparece quando ele trata dos nomes próprios ordinários. A questão é que, quando usamos esse tipo de nome, usamos um nome para referir algo que só pode ser conhecido por descrição. Como esse conhecimento é dado por meio de descrições definidas, o nome que usamos estará essencialmente ligado ao conteúdo descritivo dessas descrições. É nesse sentido que Russell afirma

Os nomes que comumente usamos, como “Sócrates”, são realmente abreviações para as descrições [...] não estamos familiarizados com Sócrates, e portanto não podemos nomeá-lo. Quando usamos a palavra “Sócrates” estamos na verdade usando uma descrição (RUSSELL, 1985: 71-2).

---

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o millianismo, confira o capítulo 1, pp. 32 e 33.

Russell apresenta dois tipos de argumento para justificar essa tese: um que vou chamar de “argumento epistemológico” e outro que chamarei de “argumento lógico” (embora não se trate de uma prova lógica, mas antes de um argumento informal fundamentado na análise lógica que Russell faz dos existenciais negativos que contêm nomes próprios ordinários).

O argumento epistemológico busca esclarecer a relação entre nomes próprios ordinários e conhecimento por descrição. Um dos principais pontos esclarecidos por Russell aqui é que esse conhecimento é subjetivo, é algo que cada indivíduo traz em sua própria mente. O meu conhecimento de Sócrates, por exemplo, é constituído pelas minhas crenças pessoais sobre Sócrates e foi derivado das coisas que li sobre Sócrates, das coisas que me disseram sobre ele e das coisas que vi no filme de Roberto Rossellini. Agora, o que acontece é que, segundo Russell, quando afirmo algo sobre Sócrates, há na minha mente um juízo que corresponde à minha afirmação. Como o único conhecimento que tenho sobre Sócrates é um conhecimento por descrição, há uma parcela desse juízo que consiste numa descrição de Sócrates<sup>6</sup>. De fato, de acordo com Russell, de modo geral, sempre que usamos um nome próprio ordinário, temos em mente um certo conteúdo descritivo. Esse conteúdo descritivo é o mesmo de uma descrição definida ou de uma composição delas. Russell ilustra esse ponto falando de Bismarck. Diz ele

Quando nós, que não conhecemos Bismarck, fazemos um juízo sobre ele, a descrição em nossas mentes provavelmente será alguma massa mais ou menos vaga de conhecimento histórico – muito mais do que, na maioria dos casos, seria requerido para identificá-lo. Mas, a título de ilustração, vamos assumir que nós pensamos nele como “o primeiro chanceler do Império Alemão” (RUSSELL, 1910-11: 115).

Tudo o que sabemos sobre um pseudoparticular entrou em nossa mente por meio de descrições definidas. Quando usamos um nome próprio ordinário n para esse pseudoparticular, esse conteúdo descritivo é associado a n. É

---

<sup>6</sup> Deve-se observar que uma descrição de Sócrates não é uma ideia de Sócrates, ou seja, não é uma entidade mental que substitui Sócrates no meu juízo, é o conteúdo descritivo de alguma descrição definida ou de alguma combinação de descrições definidas que expressa alguma característica específica de Sócrates (cf. Idem, *ibidem*: 119-20).

dessa forma que todo nome próprio ordinário se torna uma descrição disfarçada.

Com efeito, segundo Russell:

Palavras comuns, mesmo nomes próprios, são de fato usualmente descrições. Quer dizer, em geral, o pensamento na mente de uma pessoa que usa um nome próprio corretamente só pode ser expresso explicitamente se nós substituirmos o nome próprio por uma descrição. Além disso, a descrição necessária para expressar o pensamento variará para pessoas diferentes, ou para a mesma pessoa em tempos diferentes (RUSSELL, 1910-11: 114).

É isso que o argumento epistemológico estabelece. É importante notar como esse argumento é indiferente à questão de como os nomes próprios referem. O descritivismo de Russell não pretende resolver essa questão. O que ele quer, como é declarado já no primeiro parágrafo de *Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description*, é esclarecer “o que nós sabemos nos casos onde o sujeito [de um enunciado] é meramente descrito” (RUSSELL, 1910-11: 108). É uma questão epistemológica, não uma questão propriamente semântica (embora fosse possível ligar as duas questões). Esse aspecto da explicação de Russell foi uma das principais coisas que considerei quando defini o descritivismo sem lhe vincular a nenhuma tese sobre a função referencial dos nomes próprios.

O argumento lógico tem a ver com o problema dos existenciais negativos. O problema é o seguinte: tome um enunciado que nega a existência de certo personagem, por exemplo, o enunciado “Rômulo não existiu”. Russell observou que se Rômulo fosse mesmo um nome, ele deveria estar nomeando algo. Mas, se a sentença é verdadeira, então o nome “Rômulo” estaria nomeando algo que não existe. Acontece que não é possível que exista algo que não existe, daí a conclusão de que “Rômulo” não funciona aqui como um genuíno nome próprio. Mas, se não é um nome, o que “Rômulo” é na verdade? Para Russell, “Rômulo” nada mais é do que uma descrição truncada. É assim que ele explica o que significamos quando dizemos que Rômulo não existiu. Diz ele:

Podemos tomar, por exemplo, todas as coisas que Lívio deve dizer acerca de Rômulo, todas as propriedades que ele lhe atribuiu, incluindo-se provavelmente a única propriedade que muitos de nós lembramos, a saber, o fato de que ele se chamava “Rômulo”. Podemos colocar tudo isso junto, e construir uma função proposicional dizendo “x tem tais e quais propriedades”, sendo as propriedades aquelas que encontramos em Lívio. Temos aí uma função proposicional, e quando dizemos que Rômulo não

existiu estamos dizendo simplesmente que aquela função proposicional nunca é verdadeira [...] (RUSSELL, 1985:105).

Vale salientar que essa análise não cabe apenas nos casos de nomes de personagens lendários ou de existência duvidosa. Se dissermos, por exemplo, “José de Alencar existiu” e tomarmos “José de Alencar” como um nome genuíno, estaremos enunciando um truísmo – se “José de Alencar” é um nome no sentido russelliano literal, é óbvio que sua denotação existe. Como podemos fazer a mesma análise para todos os enunciados de existência, a consequência é que, se nesses enunciados os nomes fossem nomes genuínos, a maior parte da História seria constituída de tautologias.

Outra coisa que se deve observar aqui é que, na última citação, Russell toma “Rômulo” como tendo o conteúdo descritivo de uma conjunção de descrições definidas. A ideia é que se essa conjunção não pode ser satisfeita, então Rômulo não existiu. Essa ideia, porém, pode ser questionada. Certamente, parece muito forte dizer que para Rômulo existir ele precisaria ter todas as propriedades que Lívio diz que ele tinha. Para mim, seria bastante que ele tivesse 99% dessas propriedades, ou até menos. Nesse sentido, a análise proposta por Searle parece mais aceitável.

Embora Searle trate dos nomes próprios em outros lugares de sua obra, as suas ideias fundamentais sobre esse tema são apresentadas no seu artigo *Proper Names*, de 1958. O artigo é construído para responder a questão se nomes próprios têm sentido ou não, e para, em caso afirmativo, “mostrar em que sentido um nome próprio tem um sentido” (SEARLE, 1958: 167).

Searle começa o artigo concordando que nomes próprios são usados para referir e não para descrever. Isso leva à indagação: se nomes próprios não descrevem suas denotações, como eles se ligam a elas? Em outras palavras: como somos capazes de referir algo usando o seu nome? Searle acredita que essa questão pode ser respondida se pudermos explicitar o que acontece quando ensinamos alguém a usar um nome. Na opinião dele, o que acontece é o seguinte:

Nós identificamos o objeto, e, assumindo que nosso aluno compreende as convenções gerais que governam os nomes próprios, nós explicamos que esta palavra é o nome daquele objeto. Mas a menos que nosso aluno já conheça um outro nome próprio do objeto nós somente podemos *identificar* o objeto (o preâmbulo necessário para ensinar o nome) por ostensão ou

descrição; e, em ambos os casos, nós identificamos o objeto através de certas de suas características (Idem, ibidem: 168).

A partir do momento em que o nome é aprendido, portanto, ele fica associado a essas características do objeto, e pode ser associado a outras à medida que for usado. É essa associação entre o nome e as características do objeto que nos permite referir o objeto usando o nome, ou seja, conhecer essa associação é conhecer as regras de uso do nome. Searle considera, porém, que uma objeção pode ser feita aqui. O que se pode alegar é que as características do objeto usadas para ensinar o nome não fazem parte das regras de uso do nome, elas são apenas um recurso pedagógico. O nome a rigor não tem nenhum conteúdo descritivo; ele não descreve o objeto, ele simplesmente o denota. Por exemplo, o nome “Aristóteles” denota Aristóteles, mas não tem em si nenhum conteúdo descritivo que envolva alguma característica de Aristóteles. Seria mesmo possível que Aristóteles não tivesse nascido em Estagira e, mesmo assim, o nome “Aristóteles” ainda denotaria Aristóteles. Dessa maneira, se alguém afirmasse que Aristóteles não existe, essa pessoa estaria simplesmente afirmando que “Aristóteles” não denota.

Searle não acha essa alegação convincente. Para ele, dizer que Aristóteles não existe não é o mesmo que dizer que “Aristóteles” não denota. Seria possível que em Hoboken em 1903 vivesse um homem chamado “Aristóteles”, mas, mesmo que houvesse esse homem, não seria correto concluir que o enunciado “Aristóteles existiu” é verdadeiro. Não basta que “Aristóteles” denote para que o enunciado seja verdadeiro, é preciso que “Aristóteles” denote o Aristóteles do qual o enunciado fala, ou seja, é preciso que o nome denote um Aristóteles com certas características. Para que o nome “Aristóteles” denote esse Aristóteles, o nome deve estar associado àquelas características. Em vista disso, fica patente a importância das características associadas ao nome para o desempenho da função referencial do nome.

Aqui a situação pode começar a parecer confusa. Como foi dito inicialmente, Searle concorda que nomes não descrevem os objetos que eles denotam. Todavia, ele defende igualmente que nomes estão associados a características desses objetos. Como é possível conciliar esses dois aspectos dos nomes? A solução de Searle é dizer que, embora um nome esteja associado às

características de sua denotação, ele não especifica essas características. Essa é precisamente a diferença entre nomes próprios e descrições definidas. Por exemplo, “‘Scott’ refere o mesmo objeto que ‘o autor de Waverley’, mas ‘Scott’ não especifica nenhuma de suas características, enquanto que ‘o autor de Waverley’ refere somente em virtude do fato de especificar uma característica” (SEARLE, 1958: 170).

Mas essa explicação não elimina todas as dúvidas. Uma dúvida que pode permanecer é a seguinte: se “Scott” não especifica as características da sua denotação, como sabemos que ele denota o mesmo que “o autor de Waverley”? A resposta de Searle é que embora o nome não especifique nada, os usuários do nome têm certas pressuposições sobre o objeto que o nome denota. Isso equivale a dizer que os falantes pressupõem a verdade de certos enunciados envolvendo o nome. Quando alguém usa o nome “Scott” em certos contextos, essa pessoa em geral irá pressupor a verdade do enunciado “Scott é o autor de Waverley”. Isso, porém, não é algo rígido; o usuário do nome decide mais ou menos arbitrariamente qual conteúdo descritivo será associado ao nome. A escolha do usuário só é limitada pelo fato de que ele tem de escolher entre os enunciados que asseveram fatos comumente aceitos sobre Scott. Fora isso, o usuário é livre para associar ao nome as características que lhe parecerem mais apropriadas, ou mais familiares, ou mais importantes, sem se preocupar com critérios rígidos de associação. A ideia aqui é exatamente a de que não há nenhuma conexão necessária entre o nome e essas características. É nesse sentido que Searle declara:

Mas a singularidade e imensa conveniência pragmática dos nomes próprios em nossa linguagem está precisamente no fato de que eles nos capacitam a referir os objetos publicamente sem a obrigação de levantar questões e chegar a consensos sobre quais características exatamente constituem a identidade do objeto. Eles não funcionam como descrições, mas como pegadores nos quais nós penduramos descrições (SEARLE, 1958: 172).

Uma interpretação errada sobre a teoria de nomes próprios de Searle é a que lhe atribui a tese de que um nome próprio tem o mesmo sentido que uma descrição expressando várias propriedades conectadas disjuntivamente. Por essa interpretação, o sentido de “Aristóteles” seria o sentido de uma descrição do tipo “o homem que criou a lógica ou foi o mestre de Alexandre ou foi o mais célebre estagirita ou etc”. Em *Proper Names*, Searle não respalda essa interpretação em

momento algum. O que ele diz em certo momento é que os usuários do nome “Aristóteles” pressupõem que certos enunciados sobre Aristóteles são verdades estabelecidas. Assim, quando alguém usa o nome “Aristóteles”, o conteúdo descritivo que o usuário associa ao nome está ligado a esses enunciados. Isso não significa que o conteúdo é o mesmo de uma descrição que expressa uma disjunção de propriedades. Na verdade, esse conteúdo pode até mesmo ter uma estrutura conjuntiva. Tudo que se exige é que as propriedades que entram nessa conjunção façam parte daquelas propriedades expressas pelos enunciados sobre Aristóteles comumente tidos como verdadeiros.

A passagem que muitas vezes é citada como justificativa para a interpretação mencionada acima é a seguinte:

[...] é um fato necessário que Aristóteles tenha a soma lógica, a disjunção inclusiva, das propriedades comumente atribuídas a ele: qualquer indivíduo que não tivesse pelo menos uma dessas propriedades não podia ser Aristóteles (Idem, *ibidem*).

Claramente se vê que Searle não está aqui dizendo qual o sentido do nome “Aristóteles”. O que ele está dizendo é que a verdade do enunciado “n existe” depende da verdade de pelo menos um enunciado comumente aceito sobre n. Em outras palavras, o que ele faz aqui é tratar das condições de existência de Aristóteles. É verdade, porém, que essa passagem diz algo sobre o modo como os nomes próprios denotam o objeto nomeado. Para que os nomes denotem um objeto é preciso que eles estejam associados a alguma característica do tal objeto. Como já vimos, Searle acentua que o fato de “Aristóteles” denotar não é suficiente para garantir a existência de Aristóteles. Para isso, é preciso que “Aristóteles” denote alguém que tenha pelo menos uma das características conhecidas de Aristóteles. Searle enfatiza isso quando dá o exemplo do Aristóteles de Hoboken.

Por fim, é preciso responder a questão central do artigo, nomes próprios têm sentido ou não? Searle retoma essa questão ao final e lhe dá uma resposta condicional. A resposta é a seguinte:

Se isso pergunta se nomes próprios são usados para descrever ou especificar características de objetos, a resposta é ‘não’. Mas se ela pergunta se nomes

próprios são logicamente conectados com características do objeto que eles referem, a resposta é ‘sim’, de um modo frouxo’ (SEARLE, 1958: 173).

Em suma, o descritivismo de Searle consiste em dizer que, em certo sentido, nomes próprios têm um sentido. Esse sentido tem a ver com as características dos objetos denotados, mas não é algo bem determinado como seria um sentido fregiano. Isso, na minha opinião, não esclarece muito como é a relação entre nome e conteúdo descritivo, mas dá um vislumbre de intuições preciosas. Uma dessas intuições é a de que, para explicar satisfatoriamente o funcionamento dos nomes próprios, é preciso escapar da abordagem baseada na rigidez dos esquemas sentido-referência, conotação-denotação (cf. Idem, *ibidem*).

### 2.3. Causalismo

Chamo de *causalismo* a posição filosófica caracterizada pela tese de que um nome próprio se liga ao seu referente <sup>7</sup> por meio de uma cadeia causal de comunicação.

Uma cadeia causal de comunicação é uma cadeia cujos elos são indivíduos que usam um nome próprio *n* com a mesma intenção de referência <sup>8</sup>. O primeiro indivíduo da cadeia é alguém que estava presente quando *n* foi usado pela primeira vez para referir um determinado objeto. O segundo indivíduo da cadeia aprendeu o uso de *n* com o primeiro, o terceiro com o segundo e assim por diante.

Através da noção de cadeia causal de comunicação, o causalismo pretende mostrar que um nome próprio refere um objeto diretamente, ou seja, sem a mediação de um conteúdo descritivo (nesse sentido é que as teorias causalistas também são chamadas de “teorias da referência direta”). O causalismo é, portanto, uma posição antagônica ao descritivismo. Os causalistas estão convencidos de que o descritivismo é incapaz de explicar corretamente o comportamento semântico dos nomes próprios e propõem uma alternativa que acreditam ser mais adequada para explicá-lo.

<sup>7</sup> Neste capítulo, seguirei Kripke, usando “referente” no sentido de “denotação”.

<sup>8</sup> É questionável se o adjetivo “causal” é mesmo adequado para qualificar essa cadeia. A ideia é que o meu uso do nome *n* é consequência do uso do indivíduo de quem eu aprendi o nome. Não é claro, porém, que haja um nexos casual entre esses usos. Donnellan, por exemplo, ao falar dessa linha de indivíduos que usam *n* de determinada forma prefere o termo “explicação histórica” (cf. DONNELLAN, 1974: 3).

Os principais argumentos antidescritivistas podem ser encontrados em *Naming and Necessity*, obra que resultou da transcrição de três conferências que Saul Kripke proferiu em Janeiro de 1970 na Universidade de Princeton. Toda sua argumentação ali é claramente influenciada por suas inovações no campo da semântica da lógica modal. O próprio Kripke admite que as teses que aparecem em suas três conferências “brotaram do trabalho formal anterior na teoria dos modelos da lógica modal” (KRIPKE, 1980: 3). Partindo daí, Kripke começa a fazer uma análise crítica do descritivismo no intuito de mostrar que ele fracassa duplamente, tanto como teoria do significado quanto como teoria da referência dos nomes próprios. Só depois de expor todos os pretensos erros do descritivismo, Kripke apresenta sua explicação causal da função referencial dos nomes próprios. Essa explicação é oferecida como resposta às questões que o descritivismo falharia em responder.

Doravante, vou detalhar esses momentos da argumentação de Kripke. Sua visão será tomada aqui como o paradigma das teorias da referência direta. É verdade, porém, que outros filósofos deram importantes contribuições para tornar a posição causalista mais bem fundamentada. Particularmente, merece destaque a contribuição de Michael Devitt, que menciono telegraficamente ao final. Keith Donnellan também dá uma contribuição fundamental ao causalismo, principalmente na elaboração de originais contraexemplos ao descritivismo. Eles aparecem em grande parte em *Proper Names and Identifying Descriptions* (1980), mas não serão incluídos aqui.

O principal ponto na semântica relacional que parece ter influenciado a visão de Kripke a respeito dos nomes próprios é o fato de que as constantes de uma linguagem formal são interpretadas como designadores rígidos, ou seja, se uma constante  $c$  designa um objeto  $O$  no mundo atual, ela designa  $O$  em todos os mundos possíveis em que  $O$  existe. Isso, *per contra*, não acontece com os termos funcionais. Um termo funcional  $f_t$  que designa  $O$  no mundo atual, pode designar um objeto diferente em outro mundo possível. Com base nesses fatos, Kripke chegou naturalmente à conclusão que nomes próprios se comportam como constantes e descrições definidas se comportam como termos funcionais. Consequentemente, nomes próprios não podem ser sinônimos de descrições

definidas. No entender de Kripke, isso equivale a dizer que o descritivismo está errado. O que ele passa a fazer então é denunciar esses erros.

Em primeiro lugar, ele observa que as teorias descritivistas podem funcionar como teorias do significado ou como teorias da referência. De fato, conforme Scott Soames, para Kripke, toda teoria descritivista que funciona como teoria do significado funciona ao mesmo tempo como teoria da referência, mas o contrário nem sempre acontece (cf. SOAMES, 2005: 14) <sup>9</sup>.

Quando Kripke diz que uma teoria descritivista pode funcionar como teoria do significado, ele quer dizer que o conteúdo descritivo que o descritivista vê no nome próprio pode ser considerado o significado do nome. Se o nome *n* retira seu conteúdo descritivo de uma descrição definida *D*, então *n* tem o mesmo significado de *D*. E quando Soames alega que para Kripke uma teoria descritivista do significado é sempre também uma teoria da referência, ele justifica isso dizendo que Kripke assume que o significado determina a referência. Por exemplo, se “Platão” significa o mesmo que “o discípulo mais famoso de Sócrates”, então a referência de “Platão” é o homem que tem a propriedade de ser o discípulo mais famoso de Sócrates.

No início de *Naming and Necessity*, Kripke admite que essa parece às vezes ser uma explicação mais natural de como a referência de um nome próprio é determinada. Diz ele:

Por exemplo, se eu uso o nome ‘Napoleão’, e alguém pergunta, ‘A quem você está se referindo?’, eu responderei algo como ‘Napoleão foi imperador da França na primeira metade do século dezenove; ele foi finalmente derrotado em Waterloo’, dando assim uma descrição univocamente identificadora para determinar o referente do nome. Frege e Russell, então, parecem dar uma explicação natural de como a referência é determinada aqui [...] (KRIPKE, 1980: 28).

Kripke também concorda que o descritivismo dá a impressão de explicar de maneira satisfatória o que queremos dizer com enunciados de identidade em que dois nomes diferentes referem a mesma coisa. Por exemplo, com o enunciado “Hesperus é Phosphorus”, queremos dizer que certo corpo

---

<sup>9</sup> Como não acho nenhuma base textual para apoiar essa interpretação de Soames, não me sinto seguro para subscrevê-la. O que sei que Kripke diz é que uma teoria descritivista pode ser uma teoria da referência sem ser uma teoria do significado (cf. KRIPKE, 1980: 32), mas ele não diz explicitamente que toda teoria descritivista do significado é também uma teoria da referência. De todo modo, concordo que em alguns argumentos Kripke parece pressupor isso.

celeste que vemos pela manhã é idêntico a certo corpo celeste que vemos pela tarde. Assim, parece que naturalmente associamos os nomes com certas descrições. De todo modo, Kripke sentencia: o descritivismo é falso, seja enquanto teoria do significado seja enquanto teoria da referência (cf. KRIPKE, 1980: 28-9). Vamos doravante conhecer os argumentos que ele apresenta para demonstrar a falsidade do descritivismo nos dois casos.

Inicialmente, Kripke faz críticas às teorias descritivistas do significado. Seus comentários críticos começam a tomar forma a partir do momento em que ele chama a atenção para a diferença entre uma definição usada para dar um significado e uma definição usada para fixar uma referência. Essa diferença pode ser iluminada por alguns exemplos.

Consideremos, pois, a seguinte definição: “um metro é a medida de S”, onde S é uma certa barra em Paris. Kripke propõe essa definição e pergunta: “a barra S mede um metro” é uma verdade necessária? A resposta que ele dá é “não”. É claro que a medida de S pode variar. Mas digamos que a definição fosse: “um metro é a medida de S no tempo  $t_0$ ”. Seria então uma verdade necessária que a barra S mede um metro no tempo  $t_0$ ? Kripke mostra que ainda nesse caso não temos uma verdade necessária. Ele esclarece que isso acontece porque a descrição “a medida de S no tempo  $t_0$ ” não dá o significado do termo “metro”, ela apenas fixa a referência do termo, e faz isso recorrendo a uma propriedade de S que poderia ser diferente em outros mundos possíveis. Em alguns mundos possíveis, a barra poderia ser maior que a altura de uma cesta de basquete, por exemplo. Nesse sentido, o enunciado “a barra S mede um metro” não pode ser considerada uma verdade necessária. E assim acontece com qualquer enunciado derivado de uma definição que fixa a referência de um termo recorrendo a uma propriedade contingente. Tais enunciados são contingentes, muito embora seja possível dizer que eles são *a priori*.

Por outro lado, definições que são usadas para dar o significado de um termo são verdades analíticas e, na opinião de Kripke, são também verdades necessárias<sup>10</sup>, ou seja, são verdades em todos os mundos possíveis. Exatamente

---

<sup>10</sup> Na nota 63 de *Naming and Necessity*, Kripke diz o seguinte: “Eu estou pressupondo que uma verdade analítica é aquela que depende de *significados* no sentido estrito e portanto é ao mesmo tempo necessária e *a priori*”.

aqui está o ponto que Kripke enfatiza para apoiar a sua crítica às teorias descritivistas do significado. Tais teorias, na leitura de Kripke, afirmam que um nome próprio  $n$  é sinônimo de uma descrição definida  $D$  ou de uma combinação de descrições definidas  $D_1, \dots, D_n$ , ou seja, uma descrição definida  $D$  ou uma combinação de descrições definidas  $D_1, \dots, D_n$  dão o significado de  $n$ . No entanto, Kripke argumenta que, se isso fosse verdade, o enunciado “ $n$  é  $D$ ” seria necessário, ou então o seria um enunciado semelhante que usasse a combinação de descrições  $D_1, \dots, D_n$  para dar o significado de  $n$ . O problema é que, como Kripke mostra, isso leva a consequências absurdas.

Suponhamos, por exemplo, que no enunciado “Aristóteles é o discípulo mais famoso de Platão” a descrição definida “o discípulo mais famoso de Platão” dá o significado do nome “Aristóteles”. Nesse caso, pela análise de Kripke, o enunciado será uma verdade necessária, ou seja, em todos os mundos possíveis o nome “Aristóteles” será sinônimo de “o discípulo mais famoso de Platão”. É como se o enunciado estabelecesse que, em todos os mundos possíveis, ser Aristóteles é ser o discípulo mais famoso de Platão. Consequentemente, em qualquer mundo possível, se lá existir um homem que é o discípulo mais famoso de Platão, esse homem, seja ele quem for, será Aristóteles. Acontece que podemos imaginar um mundo possível em que, digamos, Teeteto é o discípulo mais famoso de Platão. Nesse mundo, estranhamente, Teeteto será Aristóteles. Em contrapartida, Aristóteles não será Aristóteles, posto que, naquele mundo, o homem que atualmente chamamos de “Aristóteles” não será o discípulo mais famoso de Platão. Kripke considera essas consequências absurdas e, com base nisso, rejeita a tese de que uma descrição definida possa dar o significado de um nome próprio. E considerações semelhantes são feitas, embora de modo mais rápido, para mostrar que o significado de um nome próprio também não pode ser dado por uma combinação de descrições definidas. Ao final, Kripke conclui que essas considerações demonstram de forma genérica a ilegitimidade das teorias descritivistas do significado.

Embora haja algumas pequenas variações no conjunto dessas considerações, pode-se dizer que elas constituem um argumento único que tem como base a seguinte ideia: se o significado de um nome é dado por descrições definidas, a definição usada para dar esse significado é uma verdade necessária.

Em função disso e para facilitar referências futuras, chamarei esse argumento de “argumento da necessidade do significado”.

O próximo passo de Kripke é analisar as teorias descritivistas enquanto teorias da referência. Para tanto ele faz uma lista de teses descritivistas que reputa como as mais representativas teses do descritivismo em geral (não de uma ou outra teoria descritivista em particular), e, em seguida, critica essas teses uma a uma. Deixarei para o próximo capítulo a discussão sobre se as críticas de Kripke são mesmo pertinentes, no momento desejo apenas apresentá-las.

A lista que aparece nas páginas 64 e 65 de *Naming and Necessity* e volta a aparecer na página 71, é a seguinte (tome-se A como um falante que usa o nome ‘x’):

1. A cada nome ou expressão designadora ‘x’ corresponde um *cluster* de propriedades  $\phi$ , tais que A crê que ‘ $\phi x$ ’;
  2. A crê que uma das propriedades  $\phi$ , ou um conjunto delas, identifica um indivíduo univocamente;
  3. Se a maioria dos  $\phi$ 's (ou os mais relevantes) são satisfeitos por um único objeto y, então y é a referência de ‘x’.
  4. Se não existe um tal y, então ‘x’ não refere.
  5. O enunciado “se x existe, então x tem a maioria dos  $\phi$ 's” é conhecido a priori por A.
  6. O enunciado acima expressa uma verdade necessária.
- (C). A explicação sobre como é determinada a referência de ‘x’ não deve ser circular <sup>11</sup>.

Kripke diz que, da lista que ele apresenta, somente a primeira tese é verdadeira. Segundo ele, “essa tese é correta, por definição. As teses que seguem, contudo, são todas, eu penso, falsas” (KRIPKE, 1980: 64). A primeira tese, de fato, diz apenas que quem usa um nome ‘x’ tem certas crenças do tipo “x tem a propriedade  $\phi$ ”. Não é dito nada nem sobre o significado nem sobre a referência do nome.

<sup>11</sup> Kripke assinala que (C) não é uma tese da teoria, mas uma condição de satisfação das outras teses (cf. KRIPKE, 1980: 71).

A tese (2) diz que o falante que usa o nome 'x' crê que um subconjunto não vazio das propriedades  $\phi$  identifica um único indivíduo. Kripke rebate isso dizendo que é possível que alguém acredite que um objeto tem certas propriedades sem acreditar que um subconjunto dessas propriedades identifica o objeto univocamente. Por exemplo, alguém pode ter sobre Cícero uma única crença, a de que ele foi um notável orador romano, o que não basta para identificar Cícero, já que Roma teve vários oradores notáveis em sua história. Além disso, mesmo quando a propriedade que acreditamos ser possuída pelo objeto é suficiente para identificá-lo, ainda há um risco nessa identificação, a saber, o risco de infringirmos (C), a cláusula da não-circularidade. Por exemplo, podemos identificar Cícero como o acusador de Catilina. Mas resta verificar como identificamos Catilina. Muitas vezes, a única crença que temos sobre Catilina é a de que ele é o homem acusado por Cícero. A circularidade existente aqui impossibilita a identificação tanto de Cícero como de Catilina (cf. KRIPKE, 1980: 80-1).

A tese (3) diz que se uma parte significativa das propriedades  $\phi$  identifica um único objeto x, então x é o referente do nome associado a essas propriedades. Kripke dá um exemplo para mostrar que um objeto pode satisfazer a maioria ou as mais importantes propriedades  $\phi$  e não ser o referente de 'x'. Imagine que o nome "Gödel" seja associado apenas à propriedade de *ser o homem que provou a incompletude da aritmética*. Embora nós estejamos acostumados a pensar que Gödel foi esse homem, nós poderíamos estar enganados, Schmidt poderia ser o verdadeiro descobridor do primeiro teorema da incompletude, Gödel poderia ter sido um impostor que roubou o trabalho de Schmidt e ficou conhecido indevidamente como o homem que provou a incompletude da aritmética. Segundo Kripke, nessa situação, o objeto que satisfaz a maioria ou as mais relevantes das propriedades  $\phi$  não será o referente de "Gödel", o verdadeiro referente de "Gödel" será o impostor. Mas por que Kripke afirma tão categoricamente que Schmidt não é o referente de "Gödel"? Porque, na sua concepção sobre nomes, quem começa a usar o nome "Gödel" são os pais do impostor, e é a ele que eles querem se referir com o nome. Bem, talvez não os pais, que provavelmente preferiam usar o nome "Kurt", mas com certeza pessoas que conheceram o impostor pessoalmente em sua infância ou juventude. Essas pessoas, por assim dizer, batizaram o impostor de

“Gödel”, e isso lhe dá o direito de ser considerado o verdadeiro referente do nome (cf. KRIPKE, 1980: 83-4).

Para quem acha que o exemplo sobre Gödel é artificial, Kripke menciona o caso de Peano. Muitas pessoas conhecem Peano apenas como o homem que axiomatizou a aritmética. Essas pessoas pensarão que “o homem que axiomatizou a aritmética” refere o mesmo que “Peano”. Acontece que quem axiomatizou a aritmética foi Dedekind. Destarte, a descrição “o homem que axiomatizou a aritmética” designa Dedekind, enquanto que o nome “Peano” designa Peano, e assim fica claro que a descrição não determina a referência do nome.

Kripke considera que, na tentativa de salvar sua teoria, o descritivista poderia argumentar que a referência de “Peano” não é dada pela descrição “o homem que axiomatizou a aritmética”, e sim pela descrição “o homem do qual a maioria das pessoas pensa que axiomatizou a aritmética”. O problema desse argumento, segundo Kripke, é que o descritivista pode estar enganado sobre o que a maioria das pessoas pensa. Ele acredita que as pessoas estão pensando em Peano quando falam do homem que axiomatizou a aritmética, mas pode ser que elas estejam pensando realmente em Dedekind. Dessa forma, a descrição identificará Dedekind, embora a intenção do descritivista fosse que ela referisse Peano. Assim, o problema que se queria evitar aparece novamente. A descrição associada ao nome *n*, não identifica o verdadeiro referente de *n*.

Em *Speaker's Reference and Semantic Reference*, Kripke faz observações semelhantes. Ele analisa o argumento de que a referência de “Gödel” poderia ser determinada pela descrição “o homem que provou a incompletude da aritmética” se essa descrição fosse usada referencialmente<sup>12</sup>. Os proponentes do argumento lembram que se a descrição é usada referencialmente, ela pode referir Gödel mesmo se ele não é o homem que provou a incompletude da aritmética. Assim, de forma geral, o descritivista poderia alegar que quando um nome é associado a uma descrição *D*, ele identifica o mesmo objeto que *D* identifica quando usada referencialmente. A respeito desse estratagema descritivista, Kripke afirma o seguinte:

---

<sup>12</sup> A ideia donnellaniana de uso referencial de descrições definidas foi apresentada no capítulo 1, pp. 25 e 26.

De forma similar, alguém pode usar “o homem que provou a incompletude da aritmética” como uma descrição definida referencial, para referir Gödel; ela pode ser usada assim, por exemplo, por alguém que esqueceu seu nome. Contudo, se a fraude hipotética fosse descoberta, ela não poderia mais ser usada como um dispositivo para referir Gödel; doravante ela só poderia ser usada para referir Schmidt (KRIPKE, 1998: 233).

Assim, Kripke conclui que a descrição usada referencialmente não fixa a referência de “Gödel”, já que as pessoas não a usariam para referir Gödel se descobrissem que ela não o descreve corretamente.

Supondo que, a essa altura, o descritivista ainda quisesse defender a tese (3), restaria uma última objeção kripkiana que ele teria que enfrentar. Segundo Kripke, quando um falante A diz com sinceridade: “Gödel provou a incompletude da aritmética”, não se pode inferir, só com base nisso, que A crê que Gödel provou a incompletude da aritmética. Para Kripke algo mais é requerido. Segundo ele:

Nós temos de estar nos *referindo a Gödel* quando dizemos ‘Gödel provou a incompletude da aritmética’. De fato, se nós estivéssemos nos referindo a Schmidt, nós estaríamos atribuindo a incompletude da aritmética a Schmidt e não a Gödel (KRIPKE, 1980: 89).

Em outras palavras, o que Kripke está dizendo é que antes de expressar uma crença sobre Gödel utilizando um enunciado do tipo “Gödel é o tal que fez isso e aquilo”, é preciso que o nome “Gödel” refira Gödel. Se o nome referisse Schmidt, o enunciado estaria expressando uma crença sobre Schmidt e não sobre Gödel. Tentar usar uma crença sobre Gödel para fixar a referência do nome “Gödel”, seria infringir a cláusula (C) da não-circularidade. Com efeito, se para crermos que Gödel provou o teorema da incompletude da aritmética precisamos antes fazer referência a Gödel, não podemos usar uma descrição expressando essa mesma crença para determinar a referência de “Gödel”, já que isso seria circular. As pretensões do descritivista seriam assim mais uma vez anuladas.

Falando sobre a tese (4), Kripke dá o exemplo do profeta Jonas (cf. KRIPKE, 1980: 87). Ele diz que muitos estudiosos da Bíblia acreditam que Jonas existiu, mas isso não significa que eles acreditam que alguém algum dia tenha sido engolido por um grande peixe e depois tenha ido pregar em Nínive. Desse modo, Jonas é um contraexemplo para a tese (4). É possível que o nome “Jonas”

refira, muito embora Jonas não satisfaça a maioria ou as mais relevantes das propriedades  $\phi$ . Em outra parte de *Naming and Necessity*, a mesma coisa é dita de Moisés. A propósito de Moisés, Kripke afirma: “A estória bíblica pode ter sido uma lenda, ou pode ter sido um relato substancialmente falso de uma pessoa real” (KRIPKE, 1980: 66).

A tese (5) é tomada por Kripke como uma afirmação de que as teses (3) e (4) são conhecidas a priori (cf. KRIPKE, 1980: 87). A sua crítica nesse ponto se limita à observação de que isso não é verdade. Segundo ele, mesmo quando as teses (3) e (4) calham de ser verdadeiras, elas são conhecidas a posteriori. Em outras palavras, o que Kripke sustenta é que essas teses não podem ser tomadas como se a conjunção delas constituísse a definição de *referente de 'x'*.

Finalmente, chegamos à tese (6). Ao negá-la, Kripke está negando que seja necessário que o referente de 'x' tenha a maioria ou as mais relevantes das propriedades comumente associadas a 'x'. O ataque kripkiano aqui é declaradamente dirigido a Searle. Com efeito, Kripke atribui a Searle a tese de que seria necessário que Aristóteles tivesse a soma lógica das propriedades comumente atribuídas a ele. Kripke rejeita essa tese com base no seguinte argumento: se a maioria das propriedades comumente atribuídas a Aristóteles se constitui de propriedades contingentes, a soma lógica (disjunção inclusiva) delas também será contingente. Dito de outra forma, se, dada qualquer uma das propriedades  $\phi$  de Aristóteles, é possível que ele não a tenha, então também não lhe será necessário ter a soma lógica dessas propriedades (cf. KRIPKE, 1980: 61-3).

Kripke apresenta as críticas examinadas acima e julga que com isso o descritivismo foi refutado. Mas sem o descritivismo, resta explicar como de fato se determina a referência dos nomes próprios. É introduzida então a explicação segundo a qual a referência dos nomes é determinada por uma cadeia causal de comunicação.

Kripke diz que um falante A consegue referir um indivíduo x, porque há uma cadeia causal de comunicação que começa em x e alcança A. O papel da comunidade que passa o nome 'x' de indivíduo para indivíduo é imprescindível na determinação da referência de 'x'. Kripke ressalta esse aspecto quando declara que:

Em geral, nossa referência não depende simplesmente do que nós pensamos, depende também de outras pessoas na comunidade, da história de como o nome alcançou alguém, e coisas desse tipo (KRIPKE, 1980: 95).

Nesse cenário, A pode referir x, mesmo que não seja capaz de identificá-lo. Kripke exemplifica esse ponto dizendo que é possível que a única coisa que alguém saiba sobre Richard Feinman é que ele foi um físico. Ainda assim, quando essa pessoa usa o nome “Feinman” no enunciado “Feinman foi um físico famoso”, ela está se referindo a Richard Feinman.

O ponto da cadeia causal de comunicação em que se inicia o uso do nome é o batismo inicial. Kripke afirma o seguinte:

Um ‘batismo’ inicial toma lugar. Aqui o objeto pode ser nomeado por ostensão, ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é ‘passado de elo a elo’, o recebedor do nome deve, eu penso, quando ele o aprende, pretender usá-lo com a mesma referência do homem de quem ele o ouviu (KRIPKE, 1980: 96).

No adendo de *Naming and Necessity*, encontra-se ainda uma alusão a situações em que a cadeia de comunicação seria desviada. Kripke considera um exemplo proposto por Gareth Evans a respeito do nome “Madagascar”. Esse era originalmente o nome de uma parte da África continental. Marco Pólo, não entendendo corretamente o uso nativo, atribuiu o nome a uma ilha. Obviamente, isso poderia ter acontecido mesmo que “Madagascar” fosse originalmente o nome de uma terra mítica. De qualquer forma, uma vez que sofreu um desvio, a cadeia causal não tem origem na referência atual do nome. A explicação de Kripke para essa anomalia na cadeia causal é a seguinte: “no caso de ‘Madagascar’, este caráter social dita que a presente intenção de referir uma ilha se sobrepõe ao distante liame do uso nativo” (KRIPKE, 1980: 163). Todavia, ele confessa que a questão exige esclarecimento posterior.

Outro caso de exceção seria o caso em que a fixação da referência de um nome próprio é feita com base em descrições em vez de ser feita através de uma cadeia causal de comunicação. Isso é o que, segundo Kripke, aconteceu no caso do nome “Netuno” e do nome “Jack, o estripador” (admitindo-se que essa expressão seja um nome). No caso de Netuno, primeiro foram dadas as condições de identificação do planeta e, posteriormente, ele foi efetivamente identificado com base nessas condições. No caso de “Jack, o estripador”, um nome foi

associado a certas descrições de um criminoso de identidade desconhecida. Embora o criminoso não tenha sido nunca identificado, as condições de identificação estavam dadas de antemão.

Deve-se atentar ainda para alguns aspectos nos quais a explicação causalista de Kripke se distingue da explicação descritivista. Em primeiro lugar, ela não é uma teoria da identificação da referência (de fato, para Kripke, ela não é uma teoria e ponto). As teorias descritivistas em geral exigem que um nome próprio esteja associado a certas propriedades identificadoras do referente do nome, mas a explicação de Kripke não faz essa exigência. Ela é uma explicação de como um nome pode ser usado referencialmente mesmo quando o usuário não é capaz de identificar o referente do nome.

Em segundo lugar, e esse é um ponto muito destacado por Kripke, a explicação causal leva em conta o papel da comunidade na determinação do referente do nome, o que, em sua opinião, seria negligenciado pelos descritivistas. A ideia básica de Kripke é que no quadro explicativo pintado por ele, um nome deve sua capacidade referencial a um empreendimento coletivo, a saber, à história de sua origem, seu aprendizado e ensino. Em contrapartida, no quadro descritivista, um ato individual e solitário seria bastante para dotar o nome de um poder referencial. Há uma passagem de *Naming and Necessity* na qual Kripke descreve esse ato. Cito-a aqui:

O quadro que leva à teoria do cluster de descrições é algo como isto: alguém está isolado em uma sala; a comunidade inteira dos outros falantes, tudo o mais, podia desaparecer; e alguém determina a referência por si mesmo dizendo – ‘por “Gödel” eu significarei o homem, quem quer que seja ele, que provou a incompletude da aritmética’ (KRIPKE, 1980: 91).

De acordo com Kripke, mesmo quando o descritivista está disposto a conceder a importância da cooperação social para a determinação da referência dos nomes, há importantes aspectos em que sua explicação se distingue da causalista. É o que ocorre com uma proposta de Strawson.

Strawson, que é descritivista e defende uma teoria de nomes em muitos pontos semelhantes à de Searle, admite que o uso referencial que um falante faz de um nome pode derivar do uso que é feito do nome por outro falante. Com isso ele quer dizer que, para determinar o referente de “Gödel”, por exemplo, um falante A pode utilizar a descrição “o homem que o falante B chama de

‘Gödel’”. O falante B poderia utilizar uma descrição semelhante mencionando o falante C e assim por diante, mas não até o infinito. Dessa forma, Strawson recorre a um certo tipo de cadeia comunicativa para explicar a semântica dos nomes próprios.

Apesar de afirmar que Strawson teve um bom *insight* quando apresentou essa proposta, Kripke chama a atenção para uma importante diferença entre essa explicação descritivista e a sua explicação causalista. Ele ressalta que, na explicação de Strawson, é preciso que o falante saiba de quem ele aprendeu o referente do nome para poder mencioná-lo (cf. KRIPKE, 1980: 92). Já na explicação que ele oferece, isso não é necessário. O falante pode ter esquecido de quem aprendeu o referente, ou pode mesmo se enganar sobre quem foi essa pessoa. Todavia, mesmo nesses casos, quando usa o nome, o falante o faz corretamente.

Esse é um retrato do causalismo tal como Kripke o expõe em *Naming and Necessity*. Posteriormente as teses causalistas foram revisadas e melhoradas. Um filósofo que deu uma grande contribuição para esse melhoramento foi Michael Devitt. Uma das suas principais preocupações foi encontrar uma solução para o problema da mudança de referência. Esse problema tinha sido apontado por Gareth Evans através do exemplo do referente de “Madagascar”. A discussão de Devitt sobre o problema e a solução que ele propõe se encontram em seu livro *Designation*, de 1981.

## 2.4. Observações

Este capítulo não tinha nenhuma pretensão crítica. Minha intenção era apenas fazer uma exposição das teorias de nomeação de maior notoriedade na tradição analítica. Neste final de capítulo, gostaria apenas de fazer algumas observações que serão úteis para fazer uma ligação com capítulos posteriores.

A primeira observação é que a maior parte das críticas de Kripke ao descritivismo é contra as teorias descritivistas da referência. Contra as teses descritivistas que dizem respeito ao significado dos nomes próprios, Kripke apresenta basicamente o argumento da necessidade do significado. Dessa forma, se for possível contraditar esse argumento, o caminho para uma possível teoria

descritivista do significado que não seja ao mesmo tempo uma teoria da referência estará absolutamente livre.

A segunda observação é que teorias causalistas são externalistas por natureza. Uma ideia fundamental para os causalistas é a de que a determinação da referência de um nome próprio depende apenas de fatores externos. Destarte, qualquer explicação de como essa determinação ocorre deve descrever somente esses fatores. Os descritivistas, por outro lado, costumam estar mais abertos para ideias internalistas. De fato, quando Russell e Searle estabelecem teses sobre o significado dos nomes próprios (ou pelo menos sobre o seu valor cognitivo), suas teses têm inequívocas características internalistas. Russell afirma abertamente que “o pensamento na mente de uma pessoa que usa um nome próprio corretamente só pode ser expresso explicitamente se nós substituimos o nome próprio por uma descrição” (RUSSELL, 1910-11: 114). E Searle, por sua vez, assume que o sentido que vai se ligar a um nome próprio depende de certas pressuposições do usuário do nome.

Ao que parece, a razão dessa diferença entre causalistas e descritivistas tem a ver com suas posturas frente ao millianismo. Causalistas, que negam que nomes próprios tenham conteúdo descritivo, só se preocupam com a relação entre o nome e seu referente. É natural que eles tratem essa relação como independente dos fenômenos mentais que possam ocorrer nos falantes. Eles consideram que não precisam mencionar esses fenômenos para explicar como se dá a relação entre o nome e seu referente. Em contrapartida, descritivistas são antimillianistas por definição. Eles precisam justificar a sua afirmação de que nomes próprios têm um conteúdo descritivo. Um modo usual de fazer isso é mostrando que o conteúdo descritivo de um nome *n* é algo que os falantes associam a *n*. Mas como os falantes fazem isso? Menções a fatores internos (psicológicos) tendem a ser feitas quando o descritivista tenta responder essa pergunta.

Por último, é importante observar também que a exposição feita neste capítulo sobre as posições filosóficas concernentes aos nomes próprios não teve a pretensão de ser exaustiva. Há posições mais recentes que não foram abordadas aqui. Embora elas sejam merecedoras de atenção, neste capítulo quis me deter basicamente na discussão clássica entre descritivistas e causalistas.

Essas são as observações que queria fazer. Elas serão úteis para dar uma direção aos próximos capítulos, particularmente para as duas primeiras seções do capítulo seguinte.